

Eleições e democracia

AUGUSTO MARZAGÃO



Em poucos dias, o povo brasileiro estará indo às urnas depois de um jejum de quase 30 anos, para escolher, pelo voto direto, futuro presidente da República

Muito se tem falado sobre o desdobramento do processo eleitoral, principalmente agora, com a entrada em cena de mais um candidato.

O fato político em si é relevante, pois revela a facilidade com que as pessoas abordam esta questão, levantando suspeitas e, em alguns casos, falseando a verdade sobre os acontecimentos que sacudiram o panorama eleitoral.

O presidente da República foi acusado de armar uma jogada política, que, se verdadeira, teria a marca da genialidade. No caso, o que estaria em discussão seria a ética e sua adequação ao momento, nunca a legalidade da ação.

Entretanto, tendo o chefe da Nação optado por se manter na posição de magistrado, não cabe insistir nessa teoria.

Aliás, não se cultiva com grandeza a veracidade do fatos quando se atribui interesse eleitoral ao veto à legislação que possibilitou o surgimento da controvérsia. É bom lembrar que o artigo 8º da Lei Eleitoral era inconstitucional. Contemplava retroatividade a 15 de maio, data-limite da filiação partidária, quando o diploma legal teve vigência a partir do dia 9 de junho, ou seja, 25 dias depois.

**O artigo 8º
da Lei
Eleitoral era
contrário à
Constituição**

O Congresso Nacional, com o seu elevado discernimento e competência também entendeu prudente que a matéria deveria seguir seu curso, da forma como hoje se encontra, confirmando o veto do presidente.

Verifica-se, pois, que todos sabiam o que poderia acontecer. O resto fica por conta da dialética da caça ao voto.

A realidade da política brasileira é singular. O sistema presidencialista não raro responde sozinho pelos desastros de toda a Nação. Também favorece a crítica no alvo mais fixo em que se transforma o presidente da República.

Em artigo inserto no jornal **O Estado de S. Paulo**, no dia 5 de outubro, tive oportunidade de ponderar sobre a conveniência da revisão constitucional, já a partir de 1991. Não seria adequado para o País postergar o exame, profundo e sério, da verdade política que deve balizar o futuro, sem casuismos vinculados a eventuais maiorias, que ocasionalmente estariam se formando na esteira da infidelidade partidária. Isto é, quase nenhum compromisso com os partidos e com o povo é muito maior vinculação a situações de fisiologismo político.

Augusto Marzagão é secretário particular do presidente José Sarney

ESTADO DE S. PAULO